

Origens da Bioética

Maria Alice da Silva Azevedo¹

RESUMO

A Bioética pode ser entendida como ciência, disciplina ou movimento de intervenção social e centra a sua actuação, fundamentalmente, no agir da pessoa humana e nas consequências que daí resultam, pretendendo com isso melhorar as realidades da vida e do viver. É sobre ela que se alicerçam reflexões sobre a forma como o ser humano, dotado de racionalidade, dá continuidade à sua espécie e se relaciona entre si e com o meio ambiente. Teve na sua origem, entre outros, um profissional humanista, Van Potter, que considerou a Bioética como “ponte para um futuro com dignidade e qualidade de vida humanas”, onde a responsabilidade assume a dimensão mais importante para a sua efectividade, como ética prática ou aplicada. No presente século, promover a Bioética como meio de facilitar o diálogo intercultural é um dever nosso, já que ela permite uma maior consciencialização e apreensão dos problemas da vida.

Palavras-chave: Bioética, Dignidade, Responsabilidade.

Nascer e Crescer 2010; 19(4): 255-259

BREVE REFLEXÃO SOBRE O NASCIMENTO DA BIOÉTICA

Bioética é um neologismo construído a partir das palavras gregas *bios* (vida) + *ethos* (ética). A Enciclopédia de Bioética de Reich consultada define-a como “o

estudo sistemático da conduta humana no âmbito das ciências da vida e da saúde”⁽¹⁾. Segundo bibliografia existente, esta palavra já vinha a ser utilizada por alguns autores desde o início do século XX, pelo que os poderemos considerar como os seus precursores. Estes já pugnavam pela necessidade de uma nova ciência holística, onde coubesse a consciência integral do homem perante tudo o que o rodeia, o que indicava o prenúncio de uma nova vaga de pensadores saídos do movimento Iluminista, do chamado século das luzes, responsável pela formação da mentalidade moderna.

O primeiro documento conhecido é de Fritz Jahr⁽²⁾, que em 1927, publicou um artigo na revista alemã *Kosmos*, onde apresentava a Bioética como a emergência de obrigações éticas não apenas com o homem, mas com todos os seres vivos. Seguindo a linha do pensamento filosófico de Kant, propôs o Imperativo Bioético: “Respeita cada ser vivo em princípio como uma finalidade em si e trata-o como tal na medida do possível.”

Também Albert Schweitzer⁽³⁾ refere a necessidade de repensar a ética, o que caracteriza a actual ciência bioética. Nas suas palavras, “uma ética que nos obrigue apenas a preocupar-nos com os homens e a sociedade não pode ter este significado. Somente aquela que é universal e nos obriga a cuidar de todos os seres nos põe de verdade em contacto com o Universo e a vontade nele manifestada.” Ainda na linha dos precursores há um terceiro autor relevante para esta discussão, o Professor Aldo Leopold⁽⁴⁾, em especial pela contribuição da sua obra *Ética da Terra*, editada em 1949. Ele alarga a definição de Jahr e diz-nos que “a ética da terra amplia as fronteiras da comunidade para incluir também o solo,

a água, as plantas e os animais”, e que o problema com que nos defrontamos é a extensão da consciência social das pessoas para com a terra, donde poderemos extrair um apelo ao respeito pelas gerações presentes e futuras, através do respeito pelos homens, pelos animais e pela conservação da natureza.

Daqui partiria a reflexão do médico oncologista norte-americano Van Rensselaer Potter, preocupado com os avanços tecnológicos e com os efeitos que o meio ambiente exercia na saúde humana devido ao comportamento do homem. A sua esperança era de que o fim último do progresso tecnológico e científico fosse o homem e a sua qualidade de vida, tendo a Bioética como missão consciencializar a humanidade para uma vida digna. Assim, caberia ao homem a humildade de aprender com as experiências e os conhecimentos disponíveis e a responsabilidade de zelar pelo planeta através de comportamentos éticos, de forma a tornar sustentável tanto a vida das gerações presentes como das futuras. Considerando o verdadeiro pai da Bioética quando a apresentou em 1970 como a ciência da sobrevivência, onde defende, sob a influência de Aldo Leopold, que “nós temos uma grande necessidade de uma ética da terra, uma ética para a vida selvagem, uma ética de populações, uma ética do consumo, uma ética urbana, uma ética internacional, uma ética geriátrica e assim por diante (...) Todas elas envolvem a bioética (...).”⁽⁴⁾ Em 1971, Potter publicou o livro “Bioethics: a bridge to the future”, definindo Bioética como ponte entre ciência e humanidade⁽⁵⁾: Eu proponho o termo Bioética como forma de enfatizar os dois componentes mais importantes para se atingir uma nova sabedoria, que é tão desesperadamente necessária: co-

¹ Especialista em Radiodiagnóstico no Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE;
Pós-Graduada em Gestão e Administração Hospitalar;
Mestre em Bioética – Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

nhcimento biológico e valores humanos. Conforme escreveu Luis Archer em 2006, a propósito de Van Potter, “Potter estava particularmente preocupado com a responsabilidade da genética em melhorar a qualidade da vida humana. Bioética era entendida por este autor como uma ética da biosfera que englobava não só aspectos médicos mas também ecológicos (...) para preservar um ecossistema em que a espécie humana pudesse sobreviver (...) Opinava ainda que essas duas vertentes se devem interpenetrar em matérias de saúde, de controlo da procriação e do significado de uma demografia em constante crescimento⁽⁶⁾.”

Um outro autor importante que deverá também fazer parte da génese da Bioética é André Hellegers, médico obstetra que, poucos meses após a publicação da obra de Van Potter e ainda no ano de 1971, fundou o Instituto Universitário de Bioética, *Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*, hoje conhecido apenas por Instituto Kennedy de Ética. Foi a partir desta altura que, oficialmente, a palavra Bioética foi incorporada em dicionários e enciclopédias (temos como exemplo a primeira *Enciclopédia de Bioética*, do Professor Warren Reich, de 1978), em diversos ramos do ensino e numa linguagem profissional interdisciplinar.

Os anos setenta foram, por este motivo, a verdadeira rampa de lançamento da Bioética como ciência, em que ela é posta sob dois focos: um microbioético, com André Hellegers, virado essencialmente para a parte clínica da bioética, utilizada em sentido restrito, como o das aplicações da biologia e da medicina à vida humana, devido à crescente repercussão dos avanços tecnológicos na área da saúde, que se manteve predominante durante as décadas de setenta e oitenta, e foi trabalhada nesta perspectiva por vários autores como LeRoy Walters, Warren Reich, Guy Durant e Beauchamp e Childress; outro foco, numa perspectiva macrobioética, com Van Potter, mais na linha dos seus precursores, exige uma visão mais ampla sugerida pela etimologia da palavra, como área das questões éticas relacionadas com a vida que se

estenda a todos os campos. Bioética não só como combinação de conhecimento científico e filosófico, mas uma ética Global que contemple também a ecologia e estabeleça um sistema de prioridades médicas e ambientais para a sobrevivência aceitável.

Na opinião de Rui Nunes, “embora a ética médica seja uma das vertentes fundamentais da Bioética e, ainda que a tônica geral da Bioética seja a preocupação com a sobrevivência da espécie humana, uma Bioética global deve ter em linha de conta a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas⁽⁷⁾”. Como refere Hottois “(...)a maior parte das questões da Bioética ultrapassa largamente, em profundidade e em vastidão, os limites de uma profissão por mais prestigiada que seja⁽⁸⁾”. Esta visão abrangente, decorrente de leituras várias, está também presente em autores como Tristran Engelhardt Jr., Peter J. Whitehouse e André Comte-Sponville.

A função de “ponte” da Bioética, preconizada por Potter, exigiu o encontro da ética médica com a ética do meio ambiente, para assim tornar possível a sobrevivência da vida na Terra. Para Daniel Callahan, “a bioética representa uma transformação radical do domínio mais antigo e tradicional da ética médica.”⁽⁹⁾

É notável a preocupação e o esforço de Potter em manter na Bioética as características fundamentais: abrangente, trans e interdisciplinar, plural, aberta a críticas e a novos conhecimentos; Bioética como movimento social, que ele redefiniria no final dos anos noventa para reabilitar as suas ideias originais como Bioética Profunda: “Bioética como nova ciência ética que combina humildade, responsabilidade e uma competência interdisciplinar, intercultural e que potencializa o senso de humanidade.”⁽¹⁰⁾

Segundo bibliografia publicada, esta nova e última definição de Van Potter foi baseada no conceito de ecologia profunda definido em 1972 pelo norueguês Arne Naess, para expressar que todos os tipos de vida, e também os ecossistemas, têm valor intrínseco e que o homem é apenas uma pequena parte de todo o cosmos, questionando e trazendo à reflexão a visão antropocêntrica que coloca o homem

no centro do universo, tudo subjugando ao seu poder. Deu-se, assim, uma viragem definitiva para a macrobioética e para uma visão biocêntrica, sobre a qual assentam todas as discussões bioéticas neste início do século XXI.

Esta última definição de Bioética de Potter, dando ênfase à humildade e à responsabilidade, encerra todos os ingredientes necessários e suficientes para a consumação da ética prática, tão bem analisados por Goldim⁽¹¹⁾: humildade para estar aberta a novos conhecimentos e poder considerar o “estar errado”, pois a mudança é uma constante e os consensos não são imutáveis; responsabilidade do homem em relação às suas acções e ao seu meio natural, que exige que ele aprenda com as experiências e conhecimentos disponíveis; competência interdisciplinar pela troca de opiniões e saberes, para que as diferentes visões essenciais na bioética, ao contrário de dividir, aproximem as pessoas e facilitem uma sábia síntese de indicadores que possibilitem adequadas soluções para os problemas. Segundo este autor, “os problemas propostos para reflexão bioética ficam mais claros quando discutidos dentro de uma perspectiva interdisciplinar”, dado que “existem dois factores que sempre influenciam o processo de tomada de decisão, que são o sistema de crenças e os desejos das pessoas envolvidas⁽¹¹⁾”; enfim, competência intercultural significa percebermos que não há só uma forma correcta de vermos os problemas. Assim, a visão plural é fundamental, tal como a interdisciplinaridade, mas deve evitar-se o relativismo em nome de uma qualquer cultura pelo perigo de validar injustiças locais; por último, importa considerar o senso de humanidade proposto no conceito de Potter. Este senso é inerente, é essencial à Bioética e pode muito bem ser ilustrado na definição do filósofo Comte-Sponville, que realça a responsabilidade intrínseca a cada ser humano: “Bioética, como se diz hoje, não é uma parte da Biologia; é uma parte da Ética, é uma parte da nossa responsabilidade simplesmente humana; deveres do homem para com outro homem, e de todos para com a humanidade.”⁽¹²⁾

A BIOÉTICA, A SAÚDE E A SOCIEDADE

Poderemos dizer que a prática da Bioética, tal como a vislumbramos hoje, deve a sua emergência ao contexto do pós segunda guerra mundial no qual foi forjada. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1949, seria decisiva para o aparecimento, nas décadas seguintes, de movimentos pela luta de direitos civis. Para a elaboração desta declaração universal muito contribuiu o desenvolvimento de novas tecnologias biomédicas durante a segunda guerra mundial e o seu uso indevido, que culminaram em catástrofes ambientais e em crimes contra a humanidade. Cometidos com a experimentação em seres humanos por parte da classe médica, daí resultou o julgamento de Nuremberga em 1946. Como sua consequência directa, surgiu em 1947 o Código de Nuremberga, que consagra o princípio da autonomia como requisito ético essencial na experimentação médica, exigindo o consentimento informado, livre e esclarecido das pessoas que a ela se submetem, na defesa de que a ciência não é mais importante do que o homem.

Pondo em causa a tradição milenar do paternalismo médico, este Código abre a tensão entre duas correntes: uma que defende a autonomia individual, reivindicando a sujeição a instâncias reguladoras externas da comunidade médico-científica; outra, que faz a apologia da auto-regulação paritária, apelando à ética das virtudes do modelo hipocrático, como é o caso da Declaração de Helsínquia⁽¹³⁾, promulgada pela Associação Médica Mundial e revisões seguintes (Tóquio, 1975; Veneza, 1983; Hong Kong, 1989; Somerset West, 1996; Edimburgo, 2000; Washington, 2002; Tóquio, 2004 e Seul, 2008), que restaura o primado da beneficência, atribuindo apenas aos médicos a competência para avaliar o rigor científico das experimentações. Constitui um conjunto de princípios éticos para a comunidade médica quanto à experimentação humana. Reafirma a superioridade do bem-estar do sujeito relativamente aos interesses da ciência e da sociedade, sendo reforçados o respeito pela dignidade e pelos direitos do ser humano

nas revisões mais recentes. A par desta declaração surgiram outras mais tarde, no evoluir dos acontecimentos e dentro do mesmo espírito de regulação das pesquisas.

Os anos sessenta dizem respeito a uma década fértil em contestações e reivindicações, sobretudo na sociedade americana (de que é exemplo a luta pelos direitos civis dos negros). Daqui surgiram reflexões sobre o comportamento do homem nos vários campos do conhecimento, mas sobretudo no campo da saúde e em relação ao papel do Estado, abrindo a porta ao “Estado de Bem-estar Social” ou Estado-providência (*Welfare State*), colocando-o como agente protector e defensor dos cidadãos. As Comissões de Ética surgem, pois, nessa altura, pela necessidade de mediar os dilemas éticos e defender direitos humanos essenciais, como a dignidade das pessoas intervenientes nas pesquisas médicas. A estas Comissões para regular a experimentação científica de carácter vinculativo, juntaram-se nas décadas seguintes as Comissões de Ética Hospitalares, a nível local, e a Comissão de Ética a nível nacional - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), de carácter normativo, abarcando actualmente estas iniciativas outros campos e outras instituições.

A infracção dos direitos humanos e das directrizes éticas na área da saúde continuaram, contudo, a verificar-se em vários locais, nomeadamente nos Estados Unidos da América (EUA), como que a mostrar que a declaração de Helsínquia, a exemplo do que aconteceu anteriormente com documentos análogos (documentos: prussiano de 1901 e alemão de 1931)^(15,16), pesou pouco nas práticas quotidianas dos profissionais de saúde, sendo alvo de várias críticas e denúncias. Em consequência disso foi criada em 1974, nos Estados Unidos, a *Comissão Nacional para Protecção de Sujeitos Humanos nas Pesquisas Biomédicas e Comportamentais*, no sentido de averiguar os respectivos acontecimentos denunciados. Em 1978 esta comissão apresentou o relatório das pesquisas efectuadas intitulado “Relatório Belmont: Princípios Éticos e Directrizes para a Pro-

tecção de Sujeitos Humanos nas Pesquisas”. Este documento foi considerado um marco importante e estabeleceu três princípios éticos considerados básicos para a orientação de condutas aceitáveis na pesquisa médica: o respeito pela autonomia das pessoas, a beneficência e a justiça.

Em 1979 dois dos relatores do anterior documento, Tom Beauchamp e James Childress⁽¹⁴⁾, publicaram uma obra que viria a tornar-se uma referência mundial, *Principles of Biomedical Ethics*, acrescentando aos três princípios acima enunciados mais um: o da não-maleficência, distinguindo beneficência de não-maleficência. Estavam lançadas as bases de fundamentação bioética, assente em quatro princípios *prima facie* (não absolutos): autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça, orientadores da decisão em questões de ética médica, criando a que ficou conhecida por corrente Principlista, onde ainda hoje se apoiam todos os modelos de fundamentação e análise em Bioética, surgidos a partir de então. A estes princípios sobrepõem-se algumas vezes em situações conflitantes os princípios actuais, referidos pelo eticista Sir David Ross⁽¹⁵⁾. Este modelo tem como referências o consequencialismo e o utilitarismo norte-americanos, e Patrão Neves⁽¹⁶⁾ apresenta-o como uma proposta moral que estabelece normas para um agir adequado, e devido à sua grande aceitação é também conhecido como o “Mantra da Bioética”.

A BIOÉTICA NO CONTEXTO ACTUAL

O crescimento da Bioética foi constante nas últimas três décadas do século XX, sendo reforçado no início deste novo milénio pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), adoptada pela UNESCO em 2005. A filosofia e políticas inclusivas que emergem da sua redacção e a sua tentativa de implementação a nível mundial, são o reflexo de todo esse esforço pela dignificação do ser humano. As questões que mais se destacam actualmente no panorama nacional (pois que noutras regiões geográficas e outras culturas se podem apresentar diferentes dilemas éticos), neste novo ramo do saber, finda a primeira década

do século XXI, são: os avançados conhecimentos em genética muito centrados em dilemas éticos no início da vida e na saúde humana que, como refere Oliva Teles⁽¹⁷⁾, “*suscitam dúvidas e receios mas também inspiram alguma esperança*”; os avançados conhecimentos tecnológicos e científicos que prolongam artificialmente a vida humana e a pertinência ou não do testamento vital; a justiça na saúde, tendo em conta a distribuição e a equidade; a sustentabilidade ambiental e a sua relação com a saúde dos seres vivos; e a multiculturalidade. Em nossa opinião, estes são temas dominantes abordados numa perspectiva ética e que preocupam e envolvem hoje toda a sociedade.

Uma sociedade mais justa e feliz, preconizada pelos bioeticistas e decorrente das democracias actuais, só é possível com cidadãos virtuosos e que tenham como referência os ensinamentos dos filósofos antigos para os quais nos remete Oliva Teles, “tais como Sócrates, Platão e Aristóteles, que viveram no século V a.C. permaneceram válidos, quase imutáveis, durante séculos e constituíram a base filosófica da moderna cultura ocidental. Segundo eles o mais importante desta cultura ética era a virtude; um indivíduo com características boas era um virtuoso”⁽¹⁷⁾. Actualmente é colocada ênfase na educação para os valores e para uma cultura ética, visível na democratização do ensino e na reforma da educação tendente a promover a existência de cidadãos mais responsáveis e virtuosos. Não podemos esquecer, no entanto, que a educação começa desde o nascimento e no seio familiar, pois a virtude, como defende Kant, se aprende ao colo da mãe; e, pelo exemplo, segundo Comte-Sponville, de pais e educadores.

A referência central da Bioética, segundo Pessini e Barchifontaine⁽¹⁸⁾, “é o ser humano especialmente considerado em dois momentos básicos: o nascimento e a morte”. Defendem estes autores que a maturidade humana se alcança no estado ético, em que o ser humano livre e autónomo age segundo valores adequados ao seu modo de existir. Acrescentam no entanto, que os valores culturais são adquiridos e fruto da experiência e tradição humanas. Estes valores coexistem

lado a lado com a ciência mas não dependem dela, mas sim da reflexão filosófica para a qual a Bioética dá um contributo essencial.

Hoje podemos dizer, usando as palavras de Oliva Teles⁽¹⁹⁾, que “a Bioética passou de ciência ou teoria para movimento cultural e social – no fundo, corresponde à necessidade que a presente sociedade tem de conciliar os conceitos da moralidade com os conflitos éticos resultantes do evoluir da bio-medicina e da tecnologia científicas, sob pena de comprometer os destinos da vida humana”. Emergindo como mediadora na resolução de questões vitais na sociedade a um nível Macro, apresenta-se como “ponte” entre ciência e humanidades, uma ponte de sabedoria para o futuro da vida na Terra. Nas palavras de Patrão Neves⁽²⁰⁾ “a Bioética é uma nova expressão do dever em face da vida”, e como refere Costa Pinto⁽²¹⁾ “esta reflexão, longe de ficar circunscrita ao círculo dos cientistas, estendeu-se paulatinamente quer aos responsáveis políticos, quer à sociedade política em geral” e todos os acontecimentos e documentos que lhe deram origem “constituem marcos significativos da nova consciência emergente e da consequente necessidade do repensamento da ética à luz dum pluralismo cultural e axiológico que a capacite para intervir em todos os domínios da actividade humana”.

ORIGINS OF BIOETHICS

ABSTRACT

Bioethics may be understood as a science, a discipline or a social movement intervention. Fundamentally it deals with the actions of human beings and the consequences of these actions, and it attempts to improve the realities of life and living. Bioethics is the basis for considerations on the ways in which rational human beings manage to continue the species and how they relate to each other and to their environment. One of the founders of Bioethics, the humanist professional Van Potter, considered it to be “a bridge, to a future with dignity and quality of human life”, where responsibility becomes the

most important dimension of its effectiveness, whether in practical or applied ethics. In the present century, it is our duty to promote Bioethics as a means of facilitating intercultural dialogues, since it allows us to better become conscious and to apprehend the problems in life.

Keywords: Bioethics, dignity, responsibility.

Nascer e Crescer 2010; 19(4): 255-259

BIBLIOGRAFIA

1. Reich WT. Encyclopedia of bioethics. 2ª ed. New York; 1995;1:XXI.
2. Jahr F. Bio=Ethik. Eine Umschau über die ethischen Beziehung des Menschen zu Tier und Pflanze. Kosmos, 1927. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/bioet27.htm>.
3. Schweitzer A. Ethics of Reverence for Life, Christendom; 1936. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/schweitz.htm>.
4. Leopold A. A Sand County Almanac, and Sketches Here and There, New York. Oxford University Press, 1987. Disponível em: <http://gargavarr.cc.utexas.edu/chrisi/leopold-quotes.html>.
5. Potter VR. Bioethics: Bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
6. Archer L. Da Genética à Bioética. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2006:371.
7. Nunes R. Bioética: O Ensino e a Aprendizagem, in Nunes, R.; Melo, H. (Coords.). A Ética e o Direito no Início da Vida Humana. Coimbra: Editora Gráfica de Coimbra, 2001;51-74:55.
8. Hottois G. Bioética, in: Hottois, G.; Parizeau, M.-H., (Coords.). Dicionário de Bioética. Lisboa: Instituto Piaget, 1998:64.
9. Callahan D. Ética Ambiental. New York: Oxford University Press, 1995.
10. Potter VR. Palestra apresentada em vídeo no IV Congresso Mundial de Bioética. Tóquio/Japão: 4 a 7 de Nov. de 1998. Texto publicado in “O Mundo da Saúde” 1998; 22(6): 370-4. Dispo-

- nível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/bioet98.htm>.
11. Goldim JR. Bioética: Origens e Complexidade, Revista HCPA, 2006, 26(2): 86-92 Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/bioet06.htm>.
12. Comte-Sponville A. Bom dia, angústia! São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1997.
13. Declaração de Helsínquia. Associação Médica Mundial 1964. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/helsin7.pdf>.
14. Beauchamp T, Childress J. Princípios de Ética Biomédica. Brasil: Edições Loyola, 2002:209.
15. Ross D. The right and the good. New York: Oxford University Press, 2002.
16. Neves MCP. A fundamentação antropológica da Bioética, Bioética.1996.
17. Teles NO. Questões Éticas do Diagnóstico Genético Pré-Implantação, in Nunes R, Melo H, Nunes C (Coords.): Genoma e Dignidade Humana. Coimbra. Editora Gráfica de Coimbra, 2002;71-100:71.
18. Pessini L, Barchifontaine C P. Problemas actuais de Bioética. 6ª ed., São Paulo. Brasil: Edições Loyola, 2002:67.
19. Teles NO. "Bioética em Genética – historial, problemas e princípios éticos", in Nunes R, Melo H. (Coords.). Genética e Reprodução Humana. Coimbra: Editora Gráfica de Coimbra, 2000;49-80:49-50.
20. Neves MCP. A Bioética e sua evolução, Mundo da Saúde, 2000; 24(3):222.
21. Pinto JRC. Bioética para Todos. Braga: Editorial A. O., 2006:9-10.

CORRESPONDÊNCIA

Maria Alice Azevedo
Rua Alexandrino Costa, 37
4760-116 Vila Nova de Famalicão
alice.s.azevedo@hotmail.com